

Responsabilidade Social: Análise da Divulgação dos Balanços Sociais das Empresas de Santa Catarina Listadas na BM&FBovespa

JUCILEIA ANZINI

UDESC

leiacontabeis@gmail.com

SÉRGIO MARIAN

UDESC

sergio.marian@udesc.br

LARA FABIANA DALLABONA

UDESC

lara.dallabona@udesc.br



RESPONSABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Resumo

A divulgação das informações contábeis é segregada em obrigatória e voluntária, e no Brasil a legislação societária, por exemplo, exige a divulgação de Balanço Patrimonial como obrigatório e o Balanço Social como divulgação voluntária. O estudo tem por finalidade investigar se as informações relevantes para a sociedade e para os usuários externos constantes no balanço social das empresas catarinenses listadas na BM&FBovespa estão em consonância com as diretrizes da NBC T 15. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental. De acordo com os resultados encontrados poucas empresas divulgam informações conforme a NBC T 15, algumas empresas que não divulgam o Balanço Social divulgam apenas em seu site que praticam a responsabilidade social divulgando informações dos projetos sociais praticados e sobre a sustentabilidade. Das dezessete empresas pesquisadas apenas duas não divulgam nenhuma informação social, ambiental e de sustentabilidade.

Palavras-chave: Teoria da Evidenciação. Responsabilidade Social. Balanço Social. Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15.

Abstract

The disclosure of accounting information is segregated into mandatory and voluntary, and in Brazil corporate law, for example, requires the disclosure of Balance Sheet as mandatory and the Social Balance as voluntary disclosure. The purpose of this study is to investigate whether the information relevant to the company and to the external users included in the social balance of the companies listed in the BM&FBovespa are in accordance with the guidelines of NBC T 15. It is a quantitative, descriptive and documentary research. According to the results found, few companies disclose information according to NBC T 15, some companies that do not disclose the Social Balance report only on their website that practice social responsibility by disseminating information about social projects practiced and about sustainability. Of the seventeen companies surveyed, only two do not disclose any social, environmental and sustainability information.

Keywords: Theory of Evidence. Social Responsibility. Social Report. Brazilian Standard of Technical Accounting 15.



1 Introdução

Para Gonçalves e Six (1979) uma empresa é aquela que destinada à circulação de bens e serviços que é fruto das atividades humanas atendendo as expectativas de outros homens e por isso que se torna uma realidade econômica e uma realidade humana, resumindo é uma realidade social. Essa realidade é revestida pela importância da preservação do meio ambiente, os produtos e serviços prestados e o bem-estar da comunidade com os efeitos que as atividades diretamente causam.

Bordin e Pasqualotto (2013) destacam que as empresas socialmente responsáveis são estratégicas, das suas práticas sociais buscam um retorno institucional, como a imagem institucional e a marca sendo valorizados, consumidores fiéis e leais, são capazes de recrutar e manter talentos e ter vida longa. As organizações dependem e giram em torno da sociedade, precisam dos recursos naturais renováveis que não são exclusividade das empresas, além das obrigações básicas elas precisam se preocupar com o desenvolvimento sustentável. Definindo a responsabilidade social como tudo o que beneficia todas as partes como: acionistas, funcionários, consumidores, governo e concorrentes, todos os setores da empresa (Lorenzi, Santos & Halmenschlager, 2010)

Neste contexto a responsabilidade social (RS) nas empresas tornou-se um novo conceito de gestão, assumindo com a sociedade um compromisso de caráter moral, cooperando com todos os moradores em que a empresa está inserida, com o desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente para produzir e consumir bens e serviços para si e para as futuras gerações. O Balanço Social (BS) é o informativo numérico de todos os projetos e atividades sociais da empresa dirigidas a todos os usuários externos como investidores, acionistas, comunidade, etc. Seu objetivo principal é tornar público a responsabilidade que a empresa tem com a sociedade e o meio ambiente (Gonzaga, *et al.* 2012).

Outro meio de informação social das empresas é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que relata como surgiu a geração de recursos, a riqueza criada e assim distribuída entre recursos humanos, fornecedores e governo, visualizando por ela uma função social. Em 2011, Ferreira verificou que é intenso a associação entre a geração de valor econômico com a saúde, capacitação, encargos sociais, participação nos lucros e investimentos ambientais internos e, de modo geral, o valor econômico gerado por estas empresas estão positivamente relacionados com os investimentos sociais.

Ainda há, a norma de contabilidade NBC T 15 que são informações de natureza social e ambiental, aprovada em 19 de agosto de 2004, estabelecendo as regras e os procedimentos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para a realização da divulgação voluntária das informações sociais. O BS é o nome dado ao relatório que divulgam essas informações (Conselho Federal de Contabilidade, 2004). Esta norma direciona e norteia os profissionais da contabilidade sobre as informações socioambientais da empresa. São informações complementares não relacionadas com as notas explicativas, e deve ser de efeito comparativo. Deve ter informações sobre a origem e a distribuição de riquezas, o que foi feito em relação à sociedade e o meio ambiente. Toda informação é de responsabilidade técnica do contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) (Andrade *et al.*, 2012)

Essas informações divulgadas pelo BS e respaldadas na NBC T 15 são cada vez mais exigidas pelos usuários da contabilidade, sendo informações diferentes das tradicionais, ganhando destaque nos debates da ciência contábil, envolvendo a Teoria do *disclosure*, que é a evidenciação das informações quantitativas e qualitativas, do qual proporcionam informações adequadas aos usuários. A evidenciação possibilita conhecer as ações passadas e influência nas decisões futuras (Ponte *et al.*, 2007).



Almeida e Santos (2014), descrevem que a empresa pode apresentar as informações por exigência legal obrigatória, ou de forma voluntária. O *disclosure* voluntário traz mais segurança aos investidores, reduzindo a diferença de informação. As informações divulgadas no BS, publicadas pelas empresas está além da obrigatoriedade legal, estas informações são mais justas para os usuários tomarem decisões, conseguindo assim, que a empresa tenha um bom relacionamento com todas as partes envolvidas

Com base no exposto, o estudo pretende responder à seguinte questão da pesquisa: *as empresas catarinenses listadas na BM&FBovespa estão divulgando em seu balanço social todas as informações relevantes para a sociedade e para os usuários externos de acordo com as diretrizes da NBC T 15?* Desta forma a pesquisa objetiva analisar as informações sociais e ambientais das empresas de Santa Catarina listadas na BM&FBovespa, buscando a evolução da evidenciação dos anos de 2013, 2014 e 2015, períodos em que o Balanço Social das empresas foram divulgados

Mesmo que diversas pesquisas já foram desenvolvidas sobre a relevância da responsabilidade social (RS), o tema deve ser atualizado constantemente para verificar se as empresas estão atendendo as leis e normas brasileiras, pois a RS não deve ser somente uma estratégia de negócios para melhorar a imagem organizacional, os itens sobre a divulgação das informações sociais e ambientais solicitados pelos órgãos reguladores têm que estar no BS de forma ampla e completa, o que se pretende identificar com essa pesquisa, contribuindo com a sociedade, empresas, pesquisadores e demais interessados nessa área temática.

2 Referencial Teórico

Nesta seção abordam-se aspectos conceituais sobre a Teoria da Evidenciação, responsabilidade social, balanço social e a caracterização da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 15, objeto de estudo.

2.1 Teoria da Evidenciação

Conforme Murcia *et al.* (2011), o conceito de *disclosure* está relacionado com o mesmo conceito de transparência corporativa, derivando da palavra *disclosure* que é a ação de divulgar, evidenciar, expor, isto é, tornar algo público. Para os usuários das informações contábeis é algo que reduz a incerteza para melhores decisões econômicas.

Gallon, Beurem e Hein (2008), descrevem que a evidenciação contábil tem um termo amplo, que significa a compreensão de imediato do que quer ser comunicado, ou seja, divulgação com clareza. Ela pode ser compreendida, pela forma dos diversos usuários da contabilidade adquirem o conhecimento de como está a empresa, sua situação patrimonial e financeira. Para ter transparência as empresas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas para saber dos riscos e outras informações relevantes.

A evidenciação com qualidade tem como consequência associar o conteúdo informacional com o comportamento dos diversos usuários para a tomada de decisão, considerando que em caso de situações de incertezas, a empresa teria riscos se não tivesse as informações presentes em sua plenitude (Verrechia, 2001).

A necessidade de evidenciar ou para quem evidenciar está no sentido de que é preciso reconhecer a diversidade dos usuários como acionistas, governo, administradores e público em geral. Os interesses dos usuários das informações contábeis são distintos, isto impõem a dificuldade da contabilidade de ter um padrão de evidenciação, pois as informações são específicas para cada tipo de usuário (Dantas *et al.*, 2005).



Moura, Varela e Beuren (2014) destacam que a importância do *disclosure* é para garantir as diferentes informações a todos os tipos de usuários, tornando uma alternativa para a contabilidade diminuir as falhas de informações, principalmente para as informações externas como os investidores, diminuindo a assimetria informacional que se apresenta quando alguém possui mais informações do que outros, sobre informações financeiras ou econômicas.

As evidenciações analisadas no estudo de Verrechia (2001) representam as três categorias sobre a divulgação em contabilidade. Em relação a primeira categoria (*association-based disclosure*) a pesquisa sobre divulgação baseada em associação investiga a relação entre a divulgação e a alteração no comportamento dos investidores, caracterizando o comportamento dos valores dos ativos equilibrados e da quantidade negociada.

A pesquisa sobre divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*) tem como característica investigar como os gestores decidem, quais são os motivos para a divulgação de tais informações contábeis e quem utiliza as informações são somente o mercado de capitais neste caso. A chamada (*efficiency-based disclosure*) ou pesquisa sobre divulgação baseada em eficiência trata da falta de conhecimento das informações no passado, caracterizada como *ex-ante* que significa que a informação ainda não ocorreu (VERRECHIA, 2001).

Na divulgação das informações contábeis sempre terá divergências, sobre o que será divulgado e a forma de divulgação, se elas são apropriadas e justas. Com isso é claro e evidente que as informações sejam divulgadas conscientemente, que sejam seguras e de confiança para satisfazer a todos os usuários da contabilidade. As informações da contabilidade que são regidas por órgãos reguladores são chamadas de evidenciação obrigatória (PEREIRA et al. 2005)

2.2 Responsabilidade Social

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a cobrança pela responsabilidade social das empresas surgiu pela sociedade na década de 1960, nos países da França, Alemanha e Inglaterra e fortaleceu a divulgação dos relatórios com as informações no âmbito social. Em 1971 a empresa alemã Steag relatou as suas atividades sociais, mas o primeiro balanço social das empresas na história foi da empresa Singer, na França. No Brasil a discussão sobre a RS e a utilização do BS foi ao fim da década de 1970, que em plena ditadura militar os empresários tinham medo de falar sobre transparência em que teve mais receio e rejeição sobre o assunto do que aceitação.

O crescimento industrial ocorrido no século XX resultou em danos ao meio ambiente e à qualidade de vida do homem e fez com que a sociedade fizesse pressão sobre todas as empresas, ao governo e organizações não governamentais para assumir e se responsabilizar pelos problemas que as indústrias causaram e também formas de os solucionar. O termo responsabilidade social empresarial é atribuído as empresas que estão preocupadas com a sociedade em que estão inseridas, sem deixar de lado a necessidade de geração de lucros e sendo um meio para atingir a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável (Boloneze *et al.* 2012).

Gonzaga *et al.* (2012), retrata que a responsabilidade social é de toda a sociedade, todos devem participar para preservar o ambiente e seus recursos, sendo seu conceito uma obrigação das empresas para com a sociedade, que são vínculos que não estão ligadas as atividades da empresa, e onde ela estiver instalada podem colaborar com o desenvolvimento sustentável. Para que as empresas informassem suas atividades sociais e ambientais, o BS surgiu como um conjunto destas informações, avaliando a responsabilidade social corporativa.



Pinto e Ribeiro (2004) descrevem que para ser considerada responsável socialmente as empresas devem ser mais do que um agente econômico, devem ser um agente social porque gera bem-estar social e ter um relacionamento com a sociedade, preservando o meio ambiente, investindo em conservação, gerar empregos e qualificar as pessoas entre outras ações e não somente visando os lucros.

Para se manter no mercado e ganhar cada vez mais confiança as empresas que praticam a RS conseguem fornecer seus produtos e serviços para grandes empresas, conseguem participar de licitações, nas auditorias é verificado documentos em que a empresa requer atuação legal das atividades dos fornecedores (Nakayama & Teixeira, 2012), entre outras informações relevantes para a sociedade. Além das empresas conseguirem estar por mais tempo no mercado, a RS traz prêmios, novas leis e ações para quem adota uma gestão voltada para a sociedade e o meio ambiente. Sendo assim, para incentivar os empresários a praticarem a RS, os que são conscientes neste assunto, serão recompensados e os inconsequentes serão punidos (Pinto & Maranhão, 2012).

2.3 Balanço Social

O Balanço social (BS), segundo Gonzaga *et al.* (2012) é um instrumento estratégico para as empresas, um demonstrativo numérico a ser publicado anualmente, informando as pessoas relacionadas a empresa como empregados, investidores, comunidade, etc. sobre as suas atividades sociais como projetos, benefícios dirigidos a comunidade e outras atribuições sociais. Seu principal objetivo é que se torne público a responsabilidade social empresarial, melhorando a qualidade de vida de todos.

De acordo com Souza e Pacheco (2007) o BS é uma forma das empresas prestarem contas à sociedade dos recursos naturais e humanos que usufruem. É a divulgação das informações dos benefícios concedidos a sociedade, sendo cobradas cada vez mais tais informações das empresas. A evidenciação do BS é dividida em três partes: informações dos recursos naturais o Balanço Ambiental, informações dos recursos humanos e informações do desenvolvimento econômico-social a demonstração do valor adicionado.

As entidades privadas estão cada vez mais comprometidas com o meio em que vivem. O objetivo do BS é que a gestão dos indicadores sociais apresente benefícios, como os empregados produzindo mais, a imagem institucional sendo fortalecida e o aumento da participação no mercado, a relevância do compromisso ambiental e social é tanto quanto o lucro e a produtividade (Portal de Contabilidade, 2016).

Dantas e Vieira (2015) destacam que o BS é uma ferramenta básica e um demonstrativo de evidenciação voluntária que nos negócios é um meio de comunicação entre empresas e investidores e que são importantes para as companhias terem sucesso. A estimulação dessa informação voluntária no Brasil é efetuada por dois institutos: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS). Outras informações divulgadas pelas empresas também são voluntárias como tratado pela NBC T 15.

2.4 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 15

A norma brasileira de contabilidade (NBCT -15) é a norma que direciona e norteia os profissionais da contabilidade sobre as informações socioambientais da empresa. São informações complementares não relacionadas com as notas explicativas, e deve ser de efeito comparativo. Deve ter informações sobre a origem e a distribuição de riquezas, o que foi feito em relação ao ambiente externo e o meio ambiente. Toda informação é de responsabilidade



técnica do contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) (Andrade *et al.* 2012).

CRC/RS (2009) descreve que as empresas podem seguir as diretrizes e metodologias elaboradas por órgãos como *Global Reporting Initiative* (GRI), Instituto Ethos, e o Ibase Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) preocupou-se em regularizar e ampliar o sistema contábil devido a demanda e as diversidades de metodologias do BS e editou a Resolução nº 1.003-04, aprovando a NBC T 15, tratando das informações sociais e ambientais, com o objetivo de mostrar para sociedade o que as entidades estão fazendo sobre a responsabilidade socioambiental.

A Norma brasileira de contabilidade técnica (NBC T 15), descreve que as informações que essa norma estabelece são relativas a geração e a distribuição da riqueza, informações sobre os recursos humanos e à interação da entidade com o ambiente externo e interno. Os procedimentos que são estabelecidos pela NBC T15 (p. 270-274), sobre as evidenciações das informações sobre o meio ambiente são:

investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e h) passivos e contingências ambientais.

Para Moraes, Brasil e Araújo (2011), as empresas restringem tais informações para que não favoreça seus concorrentes, os sindicatos em questões trabalhistas e os investidores fiquem confusos com informações em excesso. Mas se as empresas quiserem ter a confiança do mercado que está cada vez mais exigente, não podem evidenciar o mínimo de informações. E os órgãos da classe contábil que exige qualidade e ética sobre as informações, que emite as resoluções, pronunciamentos, diretrizes, etc. e o governo que atua na regulamentação, obrigam as empresas a evidenciarem o máximo de informações necessárias.

3 Aspectos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e documental. A população envolve todas as empresas listadas na BM&FBovespa no ano de 2015. □ A amostra intencional contempla 17 empresas que divulgam o BS e que estão situadas no Estado de Santa Catarina, a saber: Aço Altona, Casan, Celesc, Cia Hering, Coteminas, Cremer, Doc Imbituba, Gerdau, Karsten, Riosulense, Schulz, Teka, Tec Blumenau, Tex Renaux, Tupy, Weg e Whirlpool.

Para a coleta dos dados da pesquisa, foi elaborado um *checklist* das diretrizes da NBC-T15, que contém as informações que devem ser divulgadas pelas empresas sobre meio ambiente e questões sociais. São informações sobre geração e distribuição da riqueza, recursos humanos e a interação com o meio ambiente (NBC-T15)

As informações divulgadas pela NBC T 15 foram separadas em 5 itens de análise que são: item 1: geração e distribuição da riqueza e remuneração (recursos humanos); item 2: composição dos recursos humanos; item 3: informações sobre as ações trabalhistas movidas; item 4: interação da entidade com o ambiente externo, informações relativas à interação com os clientes e informações relativas aos fornecedores e; item 5: interação com o meio ambiente.



Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e a classificação das informações é enquadrada como: informação completa de acordo com a NBC T15; nenhuma informação de caráter social e ambiental; informação incompleta, ou seja, as empresas informam sobre seus investimentos na sociedade e no meio ambiente, mas não de acordo com a NBC T15. Para a análise utilizou-se de estatística descritiva e a apresentação dos dados se dá por meio de Tabelas e Gráficos.

4 Descrição e Análise dos Dados

Com a finalidade de responder a pergunta de pesquisa, descreve-se nesta seção o perfil das empresas de Santa Catarina, a análise do índice de evidenciação de acordo com a NBC T 15 no período de 2013, 2014 e 2015, comparando os três anos analisados para saber a evolução das informações sociais e ambientais divulgadas se mantiveram e verificar quais são as empresas catarinenses que mais divulgaram as informações sociais. A Tabela 1 apresenta a descrição das empresas com o respectivo segmento, local de atuação, quantidade de funcionários e receita bruta anual com base nos dados de 2015.

Tabela 1
Descrição das empresas de Santa Catarina

Empresas	Segmento	Local	Quantidade de colaboradores	Receita bruta 2015(milhões R\$)
Aço Altona	Máq. Equip. Construção e Agrícolas	Blumenau	830	146.637
Casan	Água e Saneamento	Florianópolis	2.581	917.429
Celesc	Energia Elétrica	Florianópolis	3.329	6.864.695
Cia Hering	Vestuário	Blumenau	7.000	1.900.101
Coteminas	Fios e Tecidos	Blumenau	1.800	707.792
Cremer	Medicamentos e Outros produtos	Blumenau	2.138	874.400
Doc Imbituba	Serviços de Apoio e armazenagem	Imbituba	63	55.809.221
Gerdau	Siderurgia	Rio do Sul		37.651.667
Karsten	Fios e Tecidos	Blumenau	1.969	311.270
Riosulense	Material Rodoviário	Rio do Sul	1.125	109.031
Schulz	Motores, Compressores e outros	Joinville	2.400	579.706
Teka	Fios e Tecidos	Blumenau		40.787
Tec Blumenau	Fios e Tecidos	Blumenau	2.000	-7.407(lucro antes dos tributos sobre o lucro
Tex Renaux	Fios e Tecidos	Brusque	782	18.965
Tupy	Material Rodoviário	Joinville	12.368	3.426.996
Weg	Motores, Compressores e outros	Jaraguá do Sul	15.666	9.267.008
Whirlpool	Eletrodomésticos	Joinville	16.000	9.218.765

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme se observa nos dados da Tabela 1, as empresas com o melhor faturamento são a Gerdau, a Weg, Whirlpool, Tupy e Celesc. A empresa Gerdau possui indústrias em 14 países, líder no segmento nas Américas e é a principal fornecedora de aço do mundo. A Weg situada em Jaraguá do Sul é referência mundial em motores elétricos para as indústrias, energia solar e energia eólica, com a receita bruta de 9.267.008 bilhões de reais em 2016.



A fonte das informações sociais e ambientais, relativas à NBC T 15 divulgadas pelas empresas, são encontradas em diversos relatórios, como demonstrado no Quadro 1.

Empresas	Fonte de Informação
Aço Altona	Relatório da Administração
Casan	Relatório Anual
Celesc	Relatório de Sustentabilidade
Cia Hering	Relatório Anual
Cremer	Relatório da Administração
Doc Imbituba	Relatório Socioambiental
Gerdau	Relatório Anual
Karsten	Formulário de Referência
Riosulense	Relatório da Administração
Schulz	Relatório Anual
Teka	Formulário de Referência
Tec Blumenau	Demonstrações Financeiras Padronizadas
Tupy	Relatório Social
Weg	Relatório Anual
Whirlpool	Relatório de Sustentabilidade

Quadro 1 – Relatórios das empresas para a fonte de informações sociais e ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o Quadro 1, identifica-se que não existe um padrão para as empresas seguirem e divulgarem as informações sociais e ambientais, por ser uma divulgação voluntária os usuários externos têm dificuldade no acesso. As empresas que não divulgaram nenhum relatório com informações sociais e ambientais foram as empresas Coteminas e Tex Renaux. A empresa Coteminas em seu site: www.coteminas.com.br não divulga nenhuma informação social, ambiental e de sustentabilidade. A empresa Tex Renaux em seu site: www.renauxview.com.br, somente informa a história da empresa, as coleções entre outras informações que não são informações sociais e ambientais.

O BS é utilizado desde o ano de 2004 para divulgar os itens de distribuição de riqueza e da remuneração dos recursos humanos e foi utilizado para verificar como as 17 empresas analisadas, num total de 255 itens ao todo, estão evidenciando seus gastos nesta área. O Gráfico 1 demonstra a análise destes itens dos anos de 2013, 2014 e 2015.

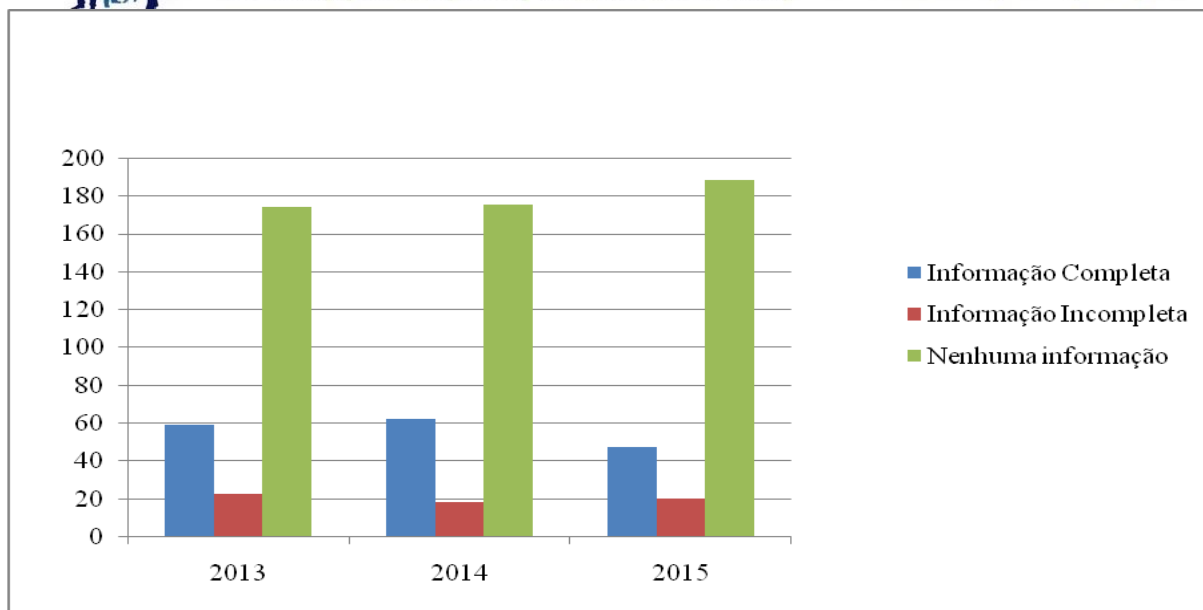


Gráfico 1. Comparação dos itens distribuição da riqueza e remuneração dos recursos humanos ano de 2013, 2014 e 2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o Gráfico 1, as informações estão equilibradas nos três anos, as informações completas foram mais divulgadas no ano de 2014, com pouca diferença dos outros anos. No ano de 2015 as informações da NBC T 15 não foram informados pela maioria das empresas, fato que também ocorreu, em menor quantidade, nos outros anos. As informações incompletas que são divulgadas não de acordo com a NBC T 15 ficaram em média de 20 itens divulgados, representando apenas 7,84% do total das 17 empresas analisadas.

As informações em termos de quantidade e qualidade segundo Ponte e Oliveira (2004), proporcionam credibilidade no mercado de capitais, com o mundo cada vez mais globalizado e a alta concorrência das empresas disponibilizarem tais informações são fatores importantes para que a empresa sobreviva. Tal fato, de acordo com o Gráfico 1, demonstra que não acontece com as empresas analisadas, não existe qualidade nas informações, pois somente no ano de 2014 que teve um número maior de informações completas divulgadas. Para demonstrar como estão sendo evidenciados os itens de composição dos recursos humanos pelas empresas objeto de estudo, foi elaborado o Gráfico 2.

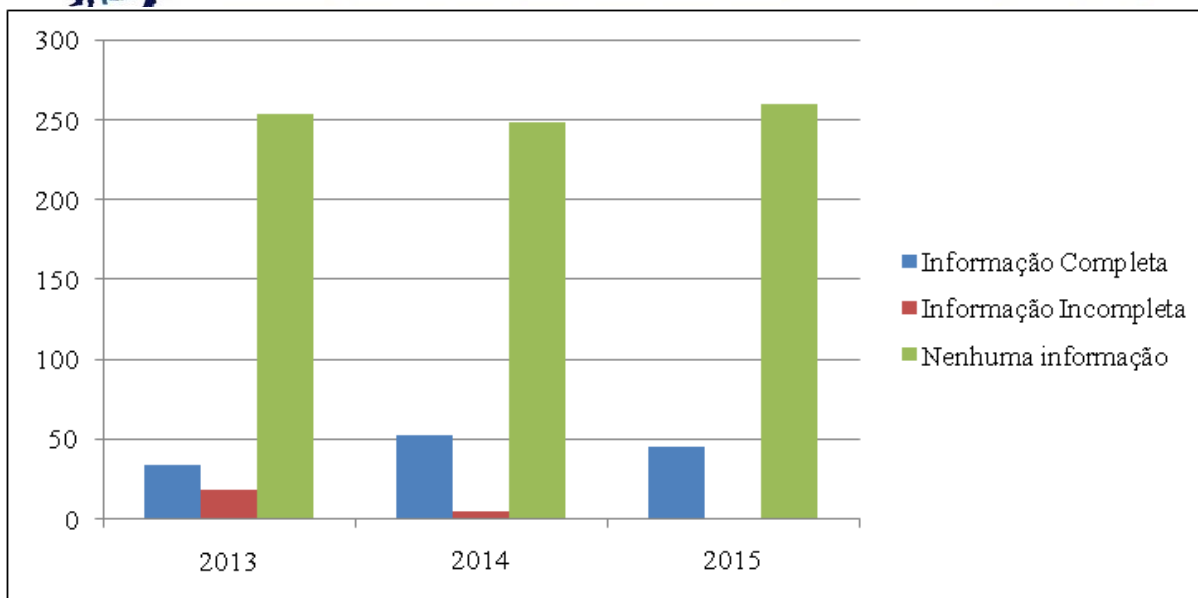


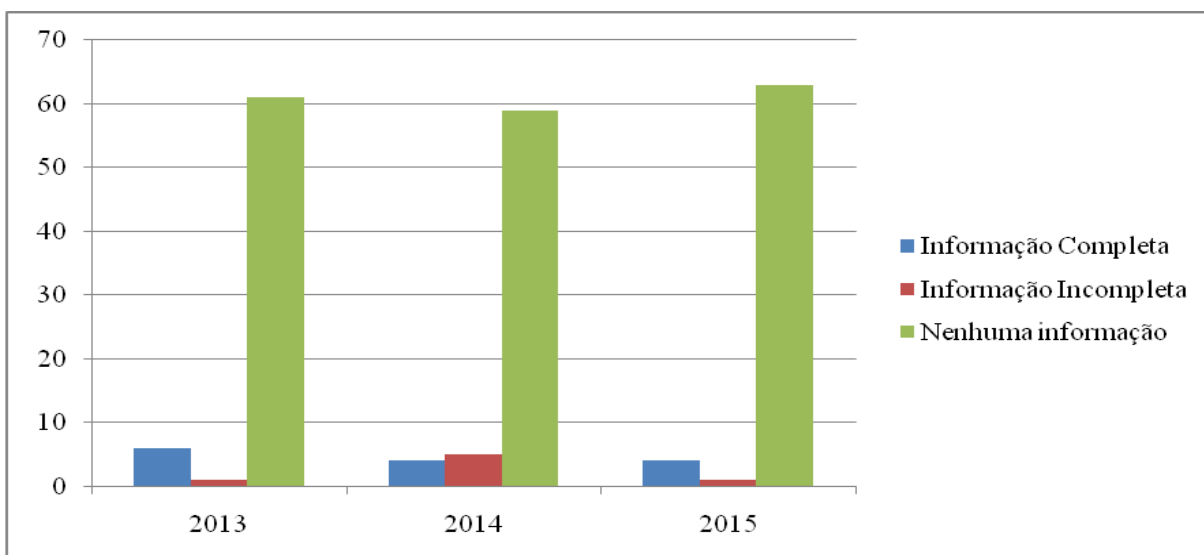
Gráfico 2. Comparação dos itens de composição dos recursos humanos de 2013, 2014 e 2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 2, as informações sobre a composição dos recursos humanos que na exigência da NBC T 15 pedem sobre quantidade de empregados nas empresas houve uma decadência das informações desde 2013. O ano em que as empresas mais divulgaram as informações completas foi em 2014, já as informações incompletas ficaram no mesmo nível nos três anos.

A quantidade de informações do Gráfico 1, demonstram que as empresas que não divulgam nenhuma informação de acordo com a NBC T 15 é muito grande, em 2015 passou de 250 itens não divulgados. Relativo ao Gráfico 2 Pereira et al. (2005) descrevem que sobre as informações contábeis sempre terá divergências e que precisam ser divulgadas conscientemente, elas precisam ser apropriadas e justas para trazer confiança a todos os usuários da contabilidade.

Os usuários que procuram estas informações nos relatórios das empresas analisadas encontram pouca informação, sendo que estas informações não são de valores. No Gráfico 3, foi comparado os 3 anos dos itens da NBC T 15 sobre ações trabalhistas movidas contra a empresa.

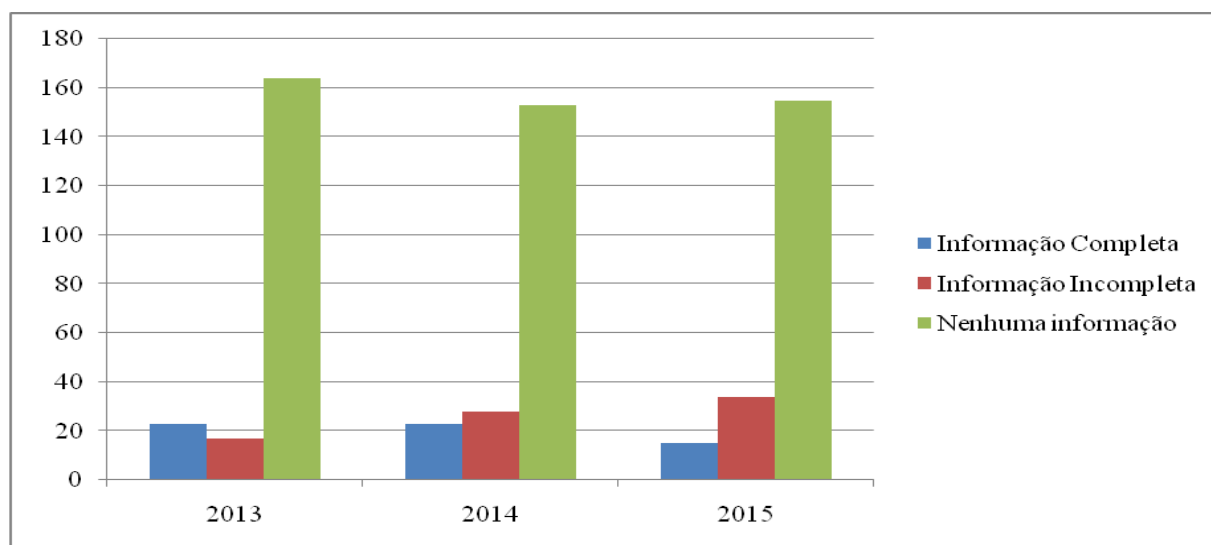


**Gráfico 3. Comparação dos itens de ações trabalhistas movidas nos anos de 2013, 2014 e 2015**

Fonte: Elaborado pelos autores.

Fica claro que poucas informações sobre as ações trabalhistas contra as empresas foram divulgadas, o ano que mais foi divulgado é 2013 com apenas 6 itens de divulgação, e nos anos subsequentes houve uma decadência na transparência das informações. Em relação a estes itens pedidos pela NBC T 15, fica difícil a um usuário externo tomar alguma decisão com poucas informações. O estudo feito por Branco e Baptista (2013) verificou que são diferentes o comportamento sobre a RS na Europa. O estudo foi dividido em Europa Anglo-Saxônica, Europa do Leste, Europa do Norte e Europa Mediterrânea e verificou que o compromisso das empresas com a RS é maior na Europa Ocidental que a economia é mais forte. No ano de 2015 conforme o Gráfico 3, foi o ano que menos foram divulgadas as informações, talvez a falta de compromisso com a RS das empresas analisadas seja pelo fato da economia brasileira não ser tão forte como na Europa

Já o Gráfico 4, mostra a evolução das informações divulgadas de acordo com a NBC T 15 sobre a interação da entidade com o ambiente externo, clientes e fornecedores dos anos de 2013, 2014 e 2015.

**Gráfico 4- Comparação dos itens de ambiente externo, clientes e fornecedores de 2013, 2014 e 2015**

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Gráfico 4, os investimentos que a empresa dispõe para a sociedade em que está inserida, informações dos clientes e fornecedores em 2014 e 2015 tiveram a mesma quantidade de itens divulgados e caiu a qualidade das informações em 2015. As empresas que não divulgaram nenhuma informação diminuíram de 2013 para 2015, sendo estas informações o principal objetivo do BS, que é informar o que as empresas estão fazendo além de suas atividades rotineiras. O número de itens com nenhuma informação ainda é muito grande em 2013, um pouco mais de 160 itens não foram divulgados; 2014 foi o ano que mais divulgaram informações completas, um pouco mais de 20 itens divulgados entre as 17 empresas analisadas.

Estas informações do Gráfico 4 são informações de responsabilidade social, porque informa os gastos das empresas com investimentos para a sociedade, com o meio ambiente, com seus clientes e fornecedores. Conforme Gonzaga *et al.* (2012), a responsabilidade social é uma obrigação das empresas com a sociedade das quais elas devem se preocupar com o desenvolvimento sustentável e que todos devem participar para preservar o meio ambiente e



seus recursos. O Gráfico 5 demonstra a comparação dos itens de interação com o meio ambiente nos anos de 2013, 2014 e 2015.

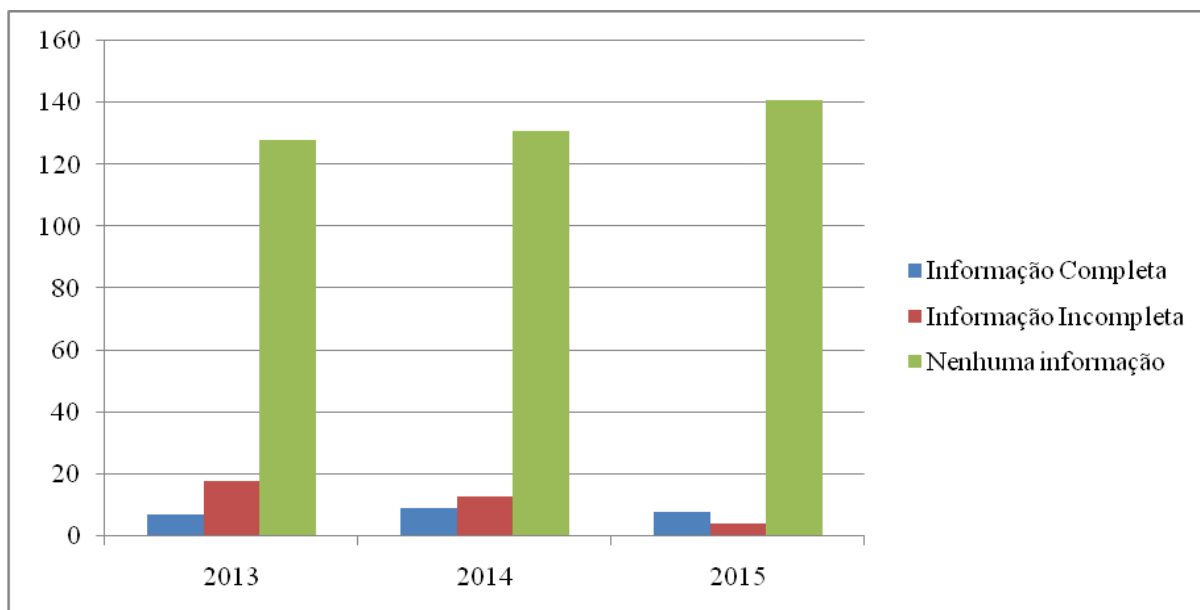


Gráfico 5. Comparação dos itens de interação com o meio ambiente nos anos de 2013, 2014 e 2015

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que os itens orientados pela NBC T 15 foram aumentando a falta de informação pelas empresas, as informações completas divulgadas ficaram no mesmo nível nos 3 anos; o melhor ano de divulgação foi em 2014. Estas informações que a NBC T 15 traz são as principais informações de responsabilidade social, pois apresenta as informações dos investimentos no meio ambiente e conforme o Gráfico 5, em 2015, das 17 empresas analisadas, 140 itens não divulgaram nenhuma informação.

De acordo com Pinto e Maranhão (2012), as empresas que tem uma gestão de RS ganham prêmios e o incentivo para esta prática é a recompensa e conseguem se manter mais tempo no mercado e as empresas que não possuem uma postura social são punidas, se a NBC T 15 fosse uma divulgação obrigatória, pressupõe-se que as empresas analisadas teriam outra postura social e ambiental.

De acordo com a análise feita, as empresas que emitem relatório anual, relatório de sustentabilidade e balanço socioambiental são as que contêm mais informações que a NBC T 15 exige. Como as empresas não são obrigadas a divulgarem estas informações aos usuários externos, tais informações são de difícil acesso ou mesmo inexistentes, pois nos relatórios as informações estão espalhadas.

A empresa que mais divulgou informações de caráter social e ambiental foi a Celesc: em 2013 dos 71 itens pedidos pela NBC T 15, divulgou 15 itens representando 21% do total, mas divulgou muitas informações sobre o assunto que não estão em concordância com a referida norma. Em 2014 as informações já aumentaram para 32 itens divulgados representando 45% do total, em 2015 foram divulgados 27, representando 38% dos itens.

Em relação ao total de itens que a NBC T 15 solicita é pouco, pois as informações do tema são relevantes e informações que são das atividades rotineiras das empresas. A Celesc divulga anualmente o Relatório de Sustentabilidade e em 2015, descreve que os projetos de responsabilidade social e ambiental estimulam a cidadania e é uma forma estratégica da empresa e que ela está comprometida com práticas de direitos humanos, trabalho digno, meio ambiente e ações anticorrupção que são os princípios do Pacto Global.



Entre as empresas privadas analisadas, as que mais divulgaram informações da NBC T 15 foram a Tupy, Weg e Cia Hering. A empresa Tupy divulga anualmente o relatório social; a empresa Weg divulga o relatório anual integrado e a Cia Hering em 2015 divulgou o relatório anual. Pela exigência da NBC T 15 ainda são poucas as informações divulgadas, mas foram estas empresas que se destacaram no que tange a divulgar informações sobre os investimentos sociais e ambientais.

4 Considerações Finais

O estudo objetivou investigar se as informações relevantes para a sociedade e para os usuários externos constantes no BS das empresas catarinenses listadas na BM&FBovespa estão em consonância com as diretrizes da NBC T 15. Os dados foram obtidos pelos relatórios divulgados no site das empresas e sua análise foi efetuada por meio de um estudo descritivo e quantitativo.

Comparando os anos de 2013, 2014 e 2015 para saber se houve uma evolução na divulgação das informações sociais e ambientais, foi possível observar que todos os itens referentes pela NBC T 15 ficaram no mesmo nível nos três anos, em todos os quesitos, ou seja, informações completas, informações incompletas e nenhuma informação. Consta-se que são poucas as informações a mais divulgadas, como os itens sobre composição de recursos humanos e a interação da entidade com o ambiente externo.

Verificou-se que a empresa que mais atendeu aos critérios foi a empresa Celesc, uma empresa de economia mista administrada pelo governo do estado de Santa Catarina. As outras duas empresas estatais de Santa Catarina a Casan e a Docas de Imbituba também divulgam tais informações, mas quem se destacou foi a Celesc. Das 14 empresas privadas analisadas, se destacaram a Tupy de Joinville, a Weg de Jaraguá do Sul e a Cia Hering de Blumenau. Algumas empresas não divulgam relatórios sociais e ambientais, mas em seus sites destacam alguns projetos voltados para a sociedade e o que fazem para a proteção do meio ambiente como a empresa Riosulense que somente divulgou o BS de 2004 até 2008.

Conclui-se que são relevantes para a sociedade e para os usuários dos diversos relatórios da contabilidade, as informações que constam na NBC T 15, mas as empresas de Santa Catarina pouco divulgam tais informações. Comparando os anos de 2013, 2014 e 2015 não houve evolução na divulgação das informações, cada empresa divulga as informações sociais e ambientais, conforme convém para a empresa. Sugere-se para trabalhos futuros, a análise de empresas de diferentes setores do Brasil, bem como comparar informações sociais e ambientais divulgadas de forma voluntária pelas empresas.

Referências

- Almeida, M. A.; Santos, J. F. (2014). *Disclosure* voluntário de responsabilidade social corporativa das empresas listadas na BM&Bovespa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(3), 69-88.
- Andrade, H. W. C.; Ferreira, C. T. G.; Nunes, E. M.; Silva, A. P. F. (2012). Aderência do modelo ibase de balanço social: a norma brasileira de contabilidade voltada para as informações de natureza socioambiental. *Revista Ciência Administração*, 18(2), 612-634.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M. (2014). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Bordin, D. P.; Pasqualotto N. (2013). A importância da responsabilidade social empresarial para a sustentabilidade e o papel do marketing social. *Revista Capital Científico*, 11(2), 01-12.



Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2017). Quem somos. Disponível: www.cfc.org.br/sre/docs/RES_1003. Acesso em: 07 maio 2017.

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRCRS (2017). Quem somos. Disponível em: www.crcrs.or.br/livro_resposocial. Acesso em: 03 junho 2017.

Dantas, E. D. M.; Vieira, A. S. (2015). Evidenciação obrigatória e voluntária: um estudo de caso junto às empresas do setor energético listadas na BM&FBovespa. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria, 19(2), 636-648.

Dantas, J. A.; Zendersky, H. C.; Santos, S. C.; Niyama, J. K. (2005). A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. Revista Economia e Gestão, 5(11), 56-76.

Gallon, A. V.; Beuren, I. M.; Hein, N. (2008). Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. Revista Contabilidade Vista e Revista, 19(2), 141-165.

Gonçalves, E. L.; Six, B. (1979). A prática do balanço social da empresa. Revista Administração e Empreendedorismo, 4(4), 2011-2019.

Gonzaga, F. M.; Lima, A. S.; Rebelo, L. M. B.; Souza, W. A. R. (2012). O balanço social e a responsabilidade social nas empresas brasileiras: avaliação em empresas de capital aberto. Anais do Congresso Virtual Brasileira de Administração, Brasil, 9.

Lorenzi, D. J.; Santos G. M.; Halmanschlger, S. A. (2010). Responsabilidade Social: Um paradigma a ser quebrado. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, 5(10), 01-20.

Martins, G. A.; Theófilo, C. R. (2009). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.

Moraes, J. V. F. Brasil, V. M. S.; Araújo, P. L. N. (2011). Evidenciação dos demonstrativos em entidades sindicais: Caso dos auditores fiscais do estado do Rio Grande do Norte. Revista Sociais e Humanas, 3(1), 47-60.

Moura, G. D.; Varela, P. S.; Beuren, I. M. (2014). Conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. Revista Administração Mackenzie, 15(5), 140-170.

Murcia, F. D.; Souza, F. C.; Dill, R. P.; Costa Junior, N. C. A. (2011). Impacto do nível de *disclosure* corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. Revista de Economia e Administração, v. 10, n. 2, p. 196-218.

Nakayama, R. M.; Teixeira, R. M. (2012). Ações de responsabilidade social com relação ao *stakeholder* fornecedor: Estudo de caso baseado nos indicadores Ethos em uma empresa brasileira do setor de cosméticos. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, 15(1), 60-79.

Pereira, A. C.; Weffort, E. F. J.; Guimarães, I. C.; Machado, L. S. (2005). Evidenciação contábil: análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do estado de Goiás. In: Congresso Internacional de Custos. 9º, 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CIC, 2005. CD-ROM.

Ponte, V. M. R.; Moura, H.; Oliveira, M. C.; Carmo, R. C. A. (2004). Demonstração contábil das sociedades anônimas no Brasil: Um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. Revista Contabilidade e Finanças, 18(45), 50-62.



Ponte, V. M. R.; Moura, H.; Oliveira, M. C.; Carmo, R. C. A. (2007). Demonstração contábil das sociedades anônimas no Brasil: Um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. *Revista Contabilidade e Finanças*, 18(45), 50-62.

Ponte, V. M. R.; Oliveira, M. C. (2004) A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, n. 36, p. 7-20;

Portal Da Contabilidade (2016). Quem somos. Disponível em:

www.portaldacontabilidade.com.br. Acesso: 26 out 2016.

Pinto, A. L.; Ribeiro, M. S. (2004). Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(36), 21-34.

Pinto, M. R.; Maranhão, C. M. (2012). Responsabilidade social empresarial: Reflexão à luz dos estudos críticos em administração. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 10,(3), 705-726, 2012.

Souza, D. C.; Pacheco, V. (2007). O Balanço Social Atende aos Objetivos a que se Propõe? *Anais do Congresso USP de controladoria e contabilidade*, São Paulo, 7.

Verrecchia, R. E. (2001). Essayson disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 22(32), 97-180.

Viviani, S.; Fernandes, F. C. (2014). Qualidade da evidenciação de passivos contingentes relacionados ao risco legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. *Anais do Congresso ENANPAD*, Rio de Janeiro, 38.